

Valerio de Oliveira
Mazzuoli

a QUESTÃO DO RECONHECIMENTO DE TÍTULOS DE MESTRADO E DOUTORADO PROVENIENTES DOS PAÍSES DO MERCOSUL

168

pós-

RESUMO

O artigo examina o problema do reconhecimento de títulos de mestrado e doutorado provenientes dos países do Mercosul, cada vez mais crescente no Brasil, a partir da proliferação de cursos *stricto sensu* nos demais países do bloco. O estudo conclui que o acordo, firmado pelo Brasil no âmbito do Mercosul, não exclui a exigência de revalidação nacional dos títulos de mestrado e doutorado, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

PALAVRAS-CHAVE

Mercosul. Títulos acadêmicos. Revalidação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

LA CUESTIÓN DEL
RECONOCIMIENTO DE LOS
TÍTULOS DE MAESTRÍA Y
DOCTORADO ORIGINADOS EN
LOS PAÍSES DEL MERCOSUR

RESUMEN

El artículo examina el problema del reconocimiento de los títulos de maestría y doctorado, los que provienen de los países del Mercosur, problema que crece cada vez más en Brasil, en razón de la proliferación de los cursos *stricto sensu* en los otros países del bloque. El estudio concluye que el acuerdo, firmado por Brasil en al ámbito del Mercosur, no excluye la exigencia de la revalidación nacional de los títulos de maestría y doctorado, en los términos de la Ley de Directrices y Bases de la Educación.

PALABRAS CLAVE

Mercosur. Títulos académicos. Revalidación nacional. Ley de Directrices y Bases de la Educación.

THE MATTER OF RECOGNITION OF
MASTERS' AND DOCTORATE TITLES
FROM THE COUNTRIES OF
MERCOSUR

ABSTRACT

This article examines the problem of recognizing Masters' and Doctorate titles from the Mercosur countries, an increasingly growing issue in Brazil since the proliferation of *stricto sensu* courses in other Mercosur countries. The study concludes that the agreement signed by Brazil in the Mercosur does not exclude the requirement for national revalidation of these titles under the Law of Directives and Bases of Education.

KEY WORDS

Mercosur. Academic titles. National revalidation. Law of Directives and Bases of Education.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio é estudar a situação jurídica dos títulos de mestrado e doutorado obtidos no exterior, em especial nos Estados-Partes do Mercosul, à luz do *Acordo de admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul*, promulgado no Brasil pelo Decreto n. 5.518, de 23 de agosto de 2005.

Primeiramente, é necessário dizer que o problema do reconhecimento de títulos universitários estrangeiros, nos níveis de mestrado e doutorado, é menos uma questão de direito internacional público do que de direito interno. Em verdade, o problema que se coloca é mais de equívocos interpretativos (da normativa internacional respectiva, no âmbito do Mercosul) do que propriamente de compreensão das normas de direito interno que regulamentam a matéria.

Neste estudo, não adentraremos na questão da proliferação dos cursos de pós-graduação oferecidos por universidades privadas estrangeiras, de má ou péssima reputação no próprio país de origem (sequer credenciadas nesses mesmos países), ou no cenário internacional. Também não nos ocupará a questão, sempre colocada, da incompatibilidade de cargas horárias, entre o curso ofertado no exterior (v. g., no Paraguai, na Argentina, etc.) e os cursos de mestrado ou doutorado, legalmente reconhecidos e em funcionamento em universidades brasileiras credenciadas pelo MEC/Capes.

Tais assuntos são de responsabilidade da Instituição de Ensino Superior (doravante, IES) que, no Brasil, recebe solicitação de revalidação de tais títulos, e que seja capaz de conceder, dentro de seu programa de pós-graduação *stricto sensu*, título de grau equivalente, na mesma área de conhecimento. Assim, por exemplo, um título de doutor em Direito, obtido em IES estrangeira, só poderá ser revalidado no Brasil por instituição nacional que mantenha um programa de doutorado em Direito reconhecido pela Capes, na mesma área de conhecimento do título obtido, e assim por diante, no que toca aos demais cursos. Ainda no exemplo, um título de *doutor em Direito do Estado*, obtido em instituição argentina (pública ou privada) e revalidado no Brasil pela Faculdade de Direito da USP (que mantém, em seu curso de pós-graduação *stricto sensu*, curso de doutorado em Direito do Estado e, portanto, tem competência para a emissão de título de grau equivalente na mesma área de conhecimento) é plenamente válido e deve ser aceito *incontinenti* pela IES respectiva, para que um docente assistente obtenha a progressão funcional para a classe de adjunto, etc.

Os trâmites internos, porém, que as IES adotam para revalidar títulos estrangeiros (e os motivos de eventuais recusas, dessas instituições, em revalidar títulos de algumas universidades estrangeiras) fogem por completo ao objeto deste estudo. Aqui pretendemos demonstrar apenas a total impossibilidade de uma IES nacional (v.g., a Universidade Federal de Mato Grosso) reconhecer um título universitário estrangeiro (seja para quais finalidades forem, como progressão

funcional, aumento de remuneração, etc.), sem a *anterior* revalidação de tal título por IES nacional (credenciada pela Capes) que conceda título equivalente na mesma área de conhecimento.

O MERCOSUL E O ACORDO DE ADMISSÃO DE TÍTULOS

Firmou-se, entre os Estados-Partes do Mercosul, o *Acordo de admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul*,¹ internalizado no Brasil pelo Decreto n. 5.518, de 23 de agosto de 2005.

A partir da promulgação desse *Acordo* no Brasil, muitos interessados em realizar seus cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) começaram a deslocar-se para várias universidades de países-membros do Mercosul, em especial paraguaias e argentinas, cujo “método” de ensino mostrou-se extremamente atraente, por permitir a conclusão de cursos de mestrado em até 18 meses, e de doutorado em até 24 meses, ao contrário do que ocorre no Brasil, cujos períodos regulares exigem participação em extensa carga presencial, que completam semestres letivos inteiros e períodos médios de conclusão de 24 a 48 meses, para os cursos de mestrado e doutorado, respectivamente. Essas são, precisamente, as observações de Edith Romano, diretora de Assuntos Pedagógicos (Proeg) da Universidade Federal de Roraima (ROMANO, 2009).

No entanto, o referido *Acordo* tem sido mais citado do que efetivamente estudado e compreendido. Como verificaremos abaixo, o *Acordo* do qual se trata versa o caso estrito dos pesquisadores que obtiveram seus títulos *em algum dos países-membros do Mercosul* (Paraguai, Argentina e Uruguai) e almejam exercer atividades de docência e pesquisa *temporariamente* no Brasil, nas instituições “nele referidas”. Não cuida o *Acordo* de nada além disso (especialmente do caso dos brasileiros que obtêm títulos acadêmicos nos Estados-Partes do Mercosul e pretendem exercer os direitos provenientes do título, *definitivamente*, em seu próprio país).

Veja-se o que dispõe o art. 5º do *Acordo*:

A admissão outorgada em virtude do estabelecido no Artigo Primeiro deste Acordo somente conferirá direito ao exercício das atividades de docência e pesquisa nas instituições nele referidas, devendo o reconhecimento de títulos para qualquer outro efeito que não o ali estabelecido, reger-se pelas normas específicas dos Estados Partes.

Perceba-se que o *Acordo* fala em *admissão* do título, e não em *revalidação*. A questão é, portanto, *verbal*. É límpida a parte final do art. 5º, segundo a qual essa “*admissão*” só terá efeito “*nas instituições nele referidas, devendo o reconhecimento de títulos para qualquer outro efeito que não o ali estabelecido, reger-se pelas normas específicas dos Estados Partes*” [grifo nosso]. Essa “norma específica”, no caso do Brasil, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Frise-se que apenas nas instituições “nele referidas” pode (o pesquisador estrangeiro argentino, paraguaio ou uruguaio) exercer a pesquisa no Brasil, e ainda assim “temporariamente”. Seria o caso de o pesquisador argentino vir

¹ Cf. o texto integral do *Acordo* está no Anexo deste trabalho.

pesquisar na Universidade Federal de Mato Grosso, por três ou quatro meses, e retornar ao seu país de origem, após esse período. Essa “admissão” do título (do pesquisador argentino, no exemplo citado), outorgada para pesquisa na UFMT, não valeria, por exemplo, para a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), se não estava, essa última, “já referida” no processo de aceite. Vê-se, facilmente, que não serve o *Acordo* para o caso do brasileiro que obtém um título acadêmico nos Estados-Partes do Mercosul e deseja utilizá-lo permanentemente no Brasil. Para isso, somente resta a via da **revalidação** nacional, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases – Lei n. 9.394/1996 (v. infra).

Portanto, o citado *Acordo* não trata, em hipótese alguma, da situação de um brasileiro que obtém um título de mestrado ou doutorado no exterior e pretende exercer os direitos que tal título lhe confere, em território brasileiro. Para esse último caso, somente a revalidação do título, nos termos da Lei n. 9.394/96, é que lhe concederá o direito de atuar como *mestre* ou como *doutor* no Brasil, notadamente no ambiente universitário, do qual faz parte. O que o *Acordo* faz (como se depreende de seu segundo *considerando*) é tão-somente facilitar o “**intercâmbio acadêmico** entre as instituições de ensino superior da Região”, para “a melhoria da formação e da capacitação científica, tecnológica e cultural e para a modernização dos Estados Partes”, não versando o caso (repita-se) daqueles brasileiros que obtém seus títulos em algum dos Estados-Partes do Mercosul e pretendem exercer *em seu próprio país* (ou seja, no Brasil) os direitos que tal título lhes confere no país em que foram expedidos.

Perceba-se, ainda, que o citado *Acordo* dependia de regulamentação pelo órgão competente do Mercosul. Veja-se que o art. 1º estabelece, *in fine*, que a admissão de títulos deve atender aos “**procedimentos e critérios a serem estabelecidos para a implementação deste Acordo**”. Hoje, esses procedimentos e critérios já foram regulamentados pelo órgão que, no Mercosul, tem competência para a regulamentação de convênios internacionais desse tipo: o Conselho do Mercado Comum, em sua XXXVIII reunião, realizada em Montevidéu, no dia 7 de dezembro de 2009. A esse órgão do Mercosul, incumbe

“a condução política do processo de integração e a tomada de decisões **para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e para lograr a constituição final do mercado comum**” (MAZZUOLI, 2009, p. 588-589, grifo nosso). Assim, na Decisão n. 29/2009² (que, segundo ela própria, deverá “*ser incorporada ao ordenamento jurídico interno dos Estados Partes antes de 01/VII/2010*”), ficou expressamente estabelecido que “a admissão de títulos e graus acadêmicos, para os fins do Acordo, **não se aplica aos nacionais do país onde sejam realizadas as atividades de docência e pesquisa**”, nos termos do seu art. 2º.

A partir dessa Decisão do Mercosul, a Capes disponibilizou a seguinte informação:

Mercosul: Admissão de diplomas tem nova regulamentação. Apenas estrangeiros que venham lecionar no Brasil terão o benefício da admissão de títulos e graus acadêmicos obtidos em países partes do Mercosul. Essa é uma das decisões da reunião do Conselho Mercado Comum (CMC), realizada neste mês (dezembro), em Montevidéu, Uruguai.

² Texto integral no Anexo 21 deste trabalho.

Durante o encontro, foi aprovada a Decisão 29/09, que aprova a regulamentação do Acordo de Admissão de Títulos e Graus Acadêmicos para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul.

Com essa regulamentação, o acordo somente terá efeito para estrangeiros provenientes dos demais países do Bloco, que venham a lecionar no Brasil. Os brasileiros não poderão se valer desse acordo.

O artigo 2º, denominado “Da Nacionalidade”, trata do tema e explica que “a admissão de títulos e graus acadêmicos, para os fins do Acordo, não se aplica aos nacionais do país onde sejam realizadas as atividades de docência e de pesquisa”.

Ainda sobre o assunto, a Capes esclarece:

- 1. A Capes não é responsável pelo reconhecimento dos diplomas estrangeiros;*
- 2. Para ter validade no Brasil, o diploma concedido por estudos realizados no exterior deve ser submetido ao reconhecimento por universidade brasileira que possua curso de pós-graduação avaliado e reconhecido pela Capes. O curso deve ser na mesma área do conhecimento e em nível de titulação equivalente ou superior (art. 48, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação);*
- 3. Estudantes que se afastam do Brasil para cursarem mestrado ou doutorado no exterior com bolsas concedidas pela própria Capes e outras agências brasileiras também passam pelo mesmo processo de reconhecimento;*
- 4. A Capes alerta, ainda, que tem sido ampla a divulgação de material publicitário por empresas captadoras de estudantes brasileiros para cursos de pós-graduação modulares ofertados em períodos sucessivos de férias, e mesmo em fins de semana, nos Territórios dos demais Estados Parte do Mercosul. A despeito do que é sustentado pelas operadoras deste comércio, a validade no Brasil dos diplomas obtidos em tais cursos está condicionada ao reconhecimento, na forma do artigo 48, da LDB;*
- 5. Com o Acordo de Admissão de Títulos e Graus Acadêmicos para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul, aprovado em Montevideú, Uruguai, apenas estrangeiros que venham lecionar no Brasil terão o benefício da admissão de títulos e graus acadêmicos obtidos em países partes do Mercosul;*
- 6. Especial cautela há de ser tomada pelos dirigentes de instituições públicas, não apenas no sentido de exigir o reconhecimento dos eventuais títulos apresentados por brasileiros, mas também de evitar o investimento de recursos públicos na autorização de servidores públicos para cursarem tais cursos quando verificado o potencial risco de não reconhecimento posterior do respectivo título;*

7. A Capes entende que quem sustenta a validade automática no Brasil dos diplomas de pós-graduação obtidos nos demais países integrantes do Mercosul, despreza a Decisão 29/09, do CMC, o preceito dos artigos segundo e quinto do Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados-Partes do Mercosul, promulgado pelo Decreto nº 5.518, de 2005 e a Orientação do MEC consubstanciada no Parecer CNE/CES n. 106, de 2007, praticando, portanto, PUBLICIDADE ENGANOSA.³

Essa é a interpretação correta e que deve ser seguida pelas IES no Brasil, ou seja, o citado *Acordo* não versa, em nenhuma hipótese, o caso dos brasileiros que obtêm seus títulos em algum dos Estados-Partes do Mercosul e pretendem exercer, em seu próprio país, os direitos eventualmente decorrentes do título, mas o caso estrito e singular dos estrangeiros provenientes dos demais países do Bloco, que venham lecionar no Brasil.

Portanto, qualquer cidadão brasileiro que cursa pós-graduação no exterior (seja ou não em Estados-Partes do Mercosul) deverá encaminhar seu diploma para revalidação em IES nacionais, desde que cumpram com as exigências do Conselho Nacional de Educação e da Capes, conforme o art. 4º da Resolução do CNE-CES n. 1/2001, que assim dispõe:

*Os diplomas de conclusão de cursos de pós-graduação stricto sensu obtidos de instituições de ensino superior estrangeiras, para terem validade nacional, **devem ser reconhecidos e registrados por universidades brasileiras que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior ou em área afim** (grifo nosso).*

É equívoco corrente considerar que os títulos obtidos em países do Mercosul não necessitam de revalidação nacional, para surtirem efeitos no Brasil. O que fez o referido *Acordo* foi regular “parcerias multinacionais”, obrigatoriamente de caráter temporário e a título de *intercâmbio* acadêmico, nada mais. A admissão do título, obtido por estrangeiros, para o exercício de atividades de docência e pesquisa, em caráter temporário, no País, não implica sua validação ou reconhecimento, e não legitima o exercício permanente de atividades acadêmicas ou profissionais, para as quais se exige o reconhecimento e a validação do título.

Portanto o *Acordo* citado não aboliu a revalidação ou o reconhecimento, de que tratam os §§ 2º e 3º, do artigo 48, da Lei n. 9.394/96, que “Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, no que tange aos diplomas e títulos de graduação e pós-graduação conferidos pelas instituições dos três outros Estados-partes do Mercosul. São os seguintes os citados dispositivos legais:

Art. 48.

[...]

§ 2º. *Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.*

³ Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/Mercosul_NOVAS_REGRAS.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2011.

§ 3º. *Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras **só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento** e em nível equivalente ou superior (grifo nosso).*

Não há qualquer incompatibilidade entre a norma internacional e a lei interna respectiva, uma vez que ambas versam assuntos totalmente diferentes, não se fazendo presente qualquer caso de conflito entre tratado e leis (MAZZUOLI, 2009, p. 332-343; MAZZUOLI, 2002, p. 15-29). Desse modo, o título universitário obtido por brasileiros nos Estados-Partes do Mercosul exige revalidação por universidade brasileira que possua o mesmo curso para o qual se pretende o reconhecimento, em conformidade com a legislação brasileira, em especial a Lei nº 9.394/1996.

Nas IES brasileiras, as Pró-Reitorias de Ensino de Pós-Graduação são as instâncias responsáveis pelo recebimento e encaminhamento de todas as ações pertinentes à pós-graduação, seja *lato* ou *stricto sensu*. Referidas Pró-Reitorias atendem propostas de convênios, nos termos das regras universitárias, que não preveem o estabelecimento de parcerias com instituições estrangeiras para ministrar pós-graduação em território nacional (modalidade essa proibida terminantemente pelo MEC). As decisões desses órgãos universitários, homologadas pelas instâncias competentes, têm força normativa interna na IES respectiva, dada sua autonomia administrativa. Assim, suas manifestações devem ser respeitadas. Estão corretas todas as manifestações das Pró-Reitorias de Ensino de Pós-Graduação que indeferem o aceite de títulos obtidos no exterior em violação à legislação vigente no País, o que seria (em sentido contrário) atentar contra a legalidade das normas que preveem as diretrizes e bases da educação nacional.

No mesmo sentido, assim se posicionou a Capes, em diversas manifestações homologadas pelo ministro da Educação:

Em síntese, as discussões sobre o acordo de admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul convergem para o seguinte entendimento:

1. *O Decreto Legislativo nº 800 de 23/10/2003, promulgado pelo Decreto nº 5.518 de 23/08/2005, instituiu a admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades de pesquisa e docência nos Estados Partes do Mercosul, para parcerias multinacionais de caráter temporário;*

2. *A admissão do título para o exercício das atividades de docência e pesquisa, obtidos por estrangeiros em caráter temporário, no País, **não implica a sua validação ou reconhecimento e não legitima o exercício permanente de atividades acadêmicas ou profissionais, para os quais se exige o reconhecimento do título** (grifo nosso);*

3. *A admissão do título não é automática e deve ser solicitada a uma Universidade, reconhecida pelo sistema de ensino oficial, que conceda título equivalente, especificando as atividades acadêmicas a serem exercidas, sua duração e instituição receptora;*

4. *A admissão do título implica:*

a) *a comprovação da validade jurídica do título no país de origem;*

- b) a comprovação de que os estudos se desenvolveram, efetivamente, no exterior e não no Brasil;
- c) o estabelecimento de correspondência do título ou grau no sistema brasileiro;
- d) a verificação da duração mínima, presencial, do curso realizado;
- e) a destinação da aplicação do diploma, essencialmente acadêmica e em caráter temporário;

5. A admissão de título obtido nos Estados Partes do Mercosul, outorgada por universidade brasileira, somente conferirá direito ao exercício de atividades de docência e pesquisa nas instituições nela referidas e pelo período nela estipulado [o que, evidentemente, não é o caso dos brasileiros que obtêm títulos no exterior e pretendem aplicação no âmbito de suas respectivas IES no Brasil sem prévia revalidação oficial];

6. A validade nacional do título universitário, obtido por brasileiros nos Estados Partes do Mercosul, **exige reconhecimento conforme a legislação vigente** (grifo nosso).⁴

⁴ Cf., por exemplo, os Pareceres CNE/CES 106/2007 e 227/2007, de autoria da conselheira Marília Ancona-Lopez, homologados por despacho do ministro da Educação, publicados no *Diário Oficial da União*, de 09.07.2007 e 18.01.2008, respectivamente.

⁵ Disponível em: <www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/1734>. Acesso em: 30 jan. 2011.

No mesmo sentido, encontram-se as informações constantes da página web oficial da Capes, nos seguintes termos:

Em virtude de inúmeros questionamentos da comunidade, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação esclarece os procedimentos de revalidação no Brasil de títulos de mestrado e doutorado obtidos no exterior:

1. *Para terem validade no Brasil, todos os diplomas conferidos por estudos realizados no exterior devem ser submetidos ao reconhecimento por universidade brasileira que possua curso de pós-graduação avaliado e reconhecido pela Capes. O curso deve ser na mesma área do conhecimento e em nível de titulação equivalente ou superior (Art. 48, da Lei de Diretrizes e Bases).*

2. *Os critérios e procedimentos do reconhecimento (revalidação) são definidos pelas próprias universidades, no exercício de sua autonomia técnico-científica e administrativa.*

3. **Mesmo os diplomas de mestre e doutor provenientes dos países que integram o Mercosul, estão sujeitos ao reconhecimento.** *O acordo de admissão de títulos acadêmicos, Decreto nº 5.518, de 23 de agosto de 2005, não dispensa da revalidação/reconhecimento (Art.48,§ 3º, da LDB) os títulos de pós-graduação conferidos em razão de estudos feitos nos demais países membros do Mercosul. [...]*

4. *A equivalência de diplomas obtidos no exterior é assunto do âmbito exclusivo das universidades, não cabendo à Capes interferir neste processo (grifos nossos).*⁵

Merece destacar o que, sabiamente, diz Edith Romano, sobre o acertado parecer da Capes acima transcrito e a situação dos alunos de pós-graduação *stricto sensu* em cursos ofertados no exterior:

⁶ Publicado no *Diário de Justiça*, de 13 de mar. 2009.

Reafirma-se com este Parecer e com a Resolução que o acompanha a importância de que a decisão de realizar um investimento de tempo, esforço intelectual e recursos financeiros em Curso de Pós-Graduação em instituição universitária não-brasileira, considere um profundo conhecimento da estrutura curricular do curso que se pretende realizar, a perspectiva de que os estudos sejam integralmente presenciais, realizados no país que emitirá a certificação e a existência, no Brasil, de instituição que ofereça curso de titulação equivalente, com linhas de pesquisa similares, aptos a aceitação dos processos de revalidação e reconhecimento que, em si, demandam outro período de investimento de tempo e recursos financeiros para seu encaminhamento. E é preciso ainda considerar o risco de, inclusive, dadas especificidades regionais, jamais obter esta desejada revalidação, parâmetro único que possibilitaria, por exemplo, o acesso a determinadas funções do serviço público federal. (ROMANO, 2009, grifo nosso).

Enfatizamos que os requerentes, assim como qualquer outro aluno brasileiro que curse pós-graduação em qualquer país estrangeiro, poderão encaminhar seus diplomas para revalidação em IES nacionais que sigam os critérios estabelecidos pelo MEC/Capes. Essa é uma exigência *sine qua non* da legislação brasileira, válida para todos os que tenham cursado mestrado ou doutorado em universidades estrangeiras de qualquer país do mundo. Não se faz avaliação de universidade estrangeira. O que se exige é o cumprimento de normas e práticas acadêmicas válidas, mesmo para aqueles que saem do país com autorização da IES e com bolsas concedidas pela Capes, CNPq ou outra instituição financiadora. Todos devem revalidar seus diplomas, a menos que haja acordos específicos (como os de “dupla láurea”, ainda pouquíssimo aplicados, dada sua complexidade) ou de equiparação.

Muitos têm argumentado que a falta de aceite de títulos no Brasil é decorrência de discriminação com os cursos ofertados em universidades de países vizinhos. Utilizar o argumento da xenofobia é falsear a verdadeira questão. Independentemente disso, esse é um problema para a IES que receber o pedido de revalidação ponderar. O que as IES não podem é “reconhecer” um título estrangeiro (seja para qual finalidade for, como admissão em concurso docente, progressão funcional, aumento remuneratório, etc.), sem a prévia revalidação do título por instituição oficial brasileira credenciada pela Capes. A revalidação de títulos no Brasil é exigida para títulos provenientes de *qualquer país* do mundo, nos termos dos §§ 2º e 3º, do artigo 48, da Lei n. 9.394/96, independentemente da universidade da qual proveio, seja Yale, Oxford, Harvard, Sorbonne, Heidelberg, Tóquio, etc.

No exato sentido de tudo quanto se está a falar neste estudo, está a decisão da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial nº 971.962/RS (2007/0178096-5), relator Min. Herman Benjamin, proferida *por unanimidade* aos 25 de novembro de 2008⁶, nestes termos:

Ademais, ressalto que não merece guarida o argumento de que os títulos acadêmicos oriundos de países integrantes do Mercosul prescindem de procedimento de revalidação pelas Universidades públicas.

O Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul, promulgado pelo Decreto Legislativo 5.518/2005, prevê o seguinte:

Artigo Primeiro:

*Os Estados partes, por meio de seus organismos competentes, admitirão, unicamente para o exercício de atividades de docência e pesquisa nas instituições de ensino superior do Brasil, nas universidades e institutos superiores no Paraguai, nas instituições universitárias na Argentina e no Uruguai, os títulos de graduação e pós-graduação reconhecidos e credenciados nos Estados Partes, **segundo procedimentos e critérios a serem estabelecidos** para a implementação deste acordo (grifo do autor).*

Fica evidente que o mencionado acordo não afasta a obediência ao processo de revalidação, muito pelo contrário, deixa expressa a necessidade de obediência aos “procedimentos e critérios” próprios.

Nesse aspecto, concordo com a sentença de 1ª grau: “enquanto o Acordo não for devidamente regulamentado, vale a exigência de revalidação exigida pelo art. 48 da LDB” (fl. 843).⁷

Em caso semelhante, o excelentíssimo ministro Mauro Campbell, no julgamento do Recurso Especial 939.880/RS, assim proferiu seu voto:

[...] Chega-se ao entendimento de que a Convenção não outorga este direito à revalidação ou ao reconhecimento automático pela mera leitura do dispositivo supostamente violado neste recurso especial. Confira-se:

Art. 5ª - Os Estados Contratantes se comprometem a adotar as medidas necessárias para tornar efetivo, o quanto antes possível, para efeito de exercício de profissão, o reconhecimento dos diplomas, títulos ou graus de educação superior emitidos pelas autoridades competentes de outro dos Estados Contratantes.

Portanto, claro está que a **norma da mencionada Convenção tem conteúdo meramente programático e propõe que os Estados estabeleçam mecanismos, ágeis e tão desburocratizados quanto possível, de reconhecimento de diplomas. Assim, não se pode emprestar a este diploma o caráter cogente que ele não possui.**

Frise-se, ainda, que em nenhuma passagem a Convenção estabelece o reconhecimento imediato de diplomas estrangeiros, sem um procedimento de revalidação.

Não é possível o reconhecimento automático, sem os procedimentos administrativos de revalidação de diploma previstos na Lei de Diretrizes e Bases, Lei n. 9.394/96, àqueles estrangeiros provenientes de Estados-partes desta Convenção que tenham tido diplomas expedidos antes da suposta revogação deste tratado. Primeiramente, como dito, pela mera razão de que este corte temporal não existe, face à impossibilidade de revogação de tratado por decreto. E depois, pela singela constatação de que tal diploma não tem o condão de estabelecer o reconhecimento

⁷ Observe-se que o Acordo foi finalmente regulamentado pelo Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, pela Decisão nº 29/09 (transcrita no Anexo 2 deste artigo), que veio corroborar, expressamente, o entendimento dessa jurisprudência.

automático e ademais, em nenhum de seus dispositivos traz esta previsão. (REsp. 938880/RS, Rel. ministro Mauro Campbell, Segunda Turma, julgado em 23/09/2008, DJe 29/10/2008) (grifo do autor).

Deve-se ainda ressaltar, por oportuno, que os candidatos a concurso docente das IES brasileiras para cargos que exijam título de mestre ou doutor não poderão ter seus títulos estrangeiros aceitos pela comissão examinadora, sem a devida comprovação de revalidação dos mesmos, nos termos da citada Lei n. 9.394/96.

À REGULAMENTAÇÃO FINAL DA MATÉRIA PELO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

No dia 1^a de fevereiro de 2011, o Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução nº 3⁸, em consonância com a normativa internacional citada e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, regulamentou vez por todas o assunto no Brasil.

⁸ Publicada no *Diário Oficial da União*, de 02 fev. de 2011, Seção 1, p. 5.

Reafirmou-se, primeiramente, que

o Decreto Legislativo nº 800/2003, promulgado pelo Decreto nº 5.518/2005, instituiu a admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades de pesquisa e docência nos Estados Partes do Mercosul, para parcerias multinacionais, de caráter temporário (Art. 1^o),

para depois deixar clara a sua não aplicação “*aos nacionais do país onde sejam realizadas as atividades de docência e pesquisa, conforme regulamentado no Conselho do Mercado Comum pela Decisão Mercosul/CMC/DEC nº 29/2009 (Art. 2^o).*”

Disse, ainda, a Resolução n. 3, do CNE, que a admissão de títulos universitários obtidos nos Estados Partes do Mercosul, para o exercício de atividades de pesquisa e docência, em caráter temporário, no País, “*não implica a sua validação ou reconhecimento e não legitima o exercício permanente de atividades acadêmicas, para o qual se exige o reconhecimento do título*” (Art. 3^o).

Para que tal reconhecimento se efetive, deve haver solicitação a uma universidade, reconhecida pelo sistema de ensino oficial, capaz de conceder título equivalente, especificando as atividades de docência e pesquisa a serem exercidas, sua duração e instituição receptora (Art. 4^o).

Nos termos do Art. 5^o, a admissão do título universitário de mestrado e doutorado implica: I – a comprovação da nacionalidade do requerente; II – a comprovação da validade jurídica, no país de origem, do documento apresentado para admissão do título; III – a comprovação que os estudos se desenvolveram, efetivamente, no exterior e não no Brasil; IV – o estabelecimento de correspondência do título ou grau no sistema brasileiro; V – a verificação da duração mínima, presencial, do curso realizado; e VI – a destinação da aplicação do diploma, essencialmente acadêmica e em caráter temporário.

Por fim, dizem os Arts. 6^o e 7^o:

a admissão do título universitário de mestrado e doutorado obtido nos Estados Partes do Mercosul, outorgada por universidade brasileira, somente

conferirá direito ao exercício das atividades de docência e pesquisa nas instituições nela referidas e pelo período nela estipulado;
e que a “*validade nacional do título universitário de mestrado e doutorado obtido por brasileiros nos Estados Partes do Mercosul exige reconhecimento conforme a legislação vigente.*”

NECESSIDADE DE RECONHECIMENTO E CREDENCIAMENTO DO CURSO NO PRÓPRIO ESTADO- PARTE ONDE É OFERTADO

Não bastasse a necessidade de qualquer título de mestrado ou doutorado, obtido no exterior (seja ou não do Mercosul), ser revalidado no Brasil – por instituição de ensino superior brasileira legalmente reconhecida e que ofereça curso de titulação equivalente, com linhas de pesquisa similares, para que somente assim conte com efeitos jurídicos no País –, o citado *Acordo de admissão de títulos* coloca, ainda, como condição à revalidação nacional do título, a necessidade de serem os cursos de graduação e de pós-graduação respectivos “**reconhecidos e credenciados nos Estados Partes**” (Art. 1^a), além de estarem os títulos expedidos “**devidamente validados pela legislação vigente nos Estados Partes.**” (Art. 3^a) (grifos nossos).

É notório o fato que muitas instituições, que estão a oferecer cursos de mestrado ou de doutorado em Estados-Partes do Mercosul, não têm qualquer tipo de credenciamento e/ou autorização para funcionamento no próprio país de origem, o que impede a IES brasileira (escolhida para a revalidação) de levar a cabo o procedimento homologatório.

Assim, incumbe à parte interessada (requerente) fazer prova que o título que porta provém de IES reconhecida e credenciada no país de origem, condição sem a qual fica prejudicada (também por esse motivo) a revalidação nacional do mesmo.

CONCLUSÃO

Ao cabo dessa exposição teórica, tem-se por firmadas as seguintes conclusões:

1. O *Acordo de admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas nos Estados-Partes do Mercosul*, promulgado no Brasil pelo Decreto nº 5.518, de 23 de agosto de 2005, cuida da hipótese de parcerias multinacionais de caráter temporário e para a exclusiva finalidade de intercâmbio acadêmico, que nada tem a ver com o caso dos brasileiros que obtêm títulos de mestrado ou doutorado em IES de Estados-Partes do Mercosul e pretendem aplicá-los de imediato no Brasil, sem a anterior revalidação por IES oficial brasileira, nos termos e condições estabelecidos em lei;

2. O citado *Acordo de admissão de títulos* não aboliu o procedimento de revalidação ou reconhecimento de que tratam os §§ 2^a e 3^a, do artigo 48, da Lei n. 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

3. Não há qualquer incompatibilidade ou antinomia entre o referido *Acordo de admissão de títulos* e a Lei n. 9.394/69, uma vez que o próprio *Acordo* ressalva a regência pelas normas específicas dos Estados-Partes, dos casos por ele não estabelecidos (Art. 5º);

4. É ilegal o reconhecimento, por parte das IES brasileiras, dos títulos de mestrado ou doutorado obtidos de países-membros do Mercosul (ou de qualquer outro país do mundo), não-instruídos com prova da anterior revalidação do título por IES brasileira, credenciada pela Capes e que ofereça, em seu programa de pós-graduação, curso de mestrado ou doutorado na mesma área de conhecimento.

REFERÊNCIAS

ANCONA-LOPEZ, Marília. Pareceres CNE/CES 106/2007 e 227/2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 jul. 2007 e 18 jan. 2008.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Capes). *Mercosul: admissão de diplomas tem nova regulamentação*. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/Mercosul_NOVAS_REGRAS.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2011.

MAZZUOLI, V. O. *Curso de direito internacional público*. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2009.

_____. O Supremo Tribunal Federal e os conflitos entre tratados internacionais e leis internas. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas. Ano 39, n. 154, p. 15-29, 2002.

ROMANO, E. *Mestrados e doutorados no exterior: acordos, tratados e processos de revalidação*. Disponível em: <<http://www.ufr.br>>. Acesso em: 19 jun. 09.

Nota do Editor

Data de submissão: fevereiro 2011

Aprovação: agosto 2011

Valerio de Oliveira Mazzuoli

Pós-doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa, doutor *summa cum laude* em Direito Internacional pela UFRGS, mestre em Direito Internacional pela Unesp, professor adjunto da Faculdade de Direito da UFMT, coordenador do Programa de Mestrado em Direito da UFMT, professor convidado de Direito Internacional Público e Direito Constitucional Internacional nos cursos de Especialização da UFRGS, UEL e PUC-SP, membro efetivo da Associação Brasileira de Constitucionalistas Democratas (ABCD), advogado e parecerista.

Universidade Federal de Mato Grosso – Faculdade de Direito
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2.367. Boa Esperança
78060-900 – Cuiabá, MT, Brasil
mazzuoli@ufmt.br

A N E X O I

ACORDO DE ADMISSÃO DE TÍTULOS E GRAUS UNIVERSITÁRIOS PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS NOS ESTADOS – PARTES DO MERCOSUL

Os governos da República da Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, a seguir denominados “Estados-Partes”, em virtude dos princípios, fins e objetivos do Tratado de Assunção, assinado em março de 1991,

CONSIDERANDO

Que a educação tem papel central para que o processo de integração regional se consolide;

Que a promoção do desenvolvimento harmônico da região, nos campos científico e tecnológico, é fundamental para responder aos desafios impostos pela nova realidade socioeconômica do continente;

Que o intercâmbio de acadêmicos entre as instituições de ensino superior da região apresenta-se como mecanismo eficaz para a melhoria da formação e da capacitação científica, tecnológica e cultural e para a modernização dos Estados-Partes;

Que da ata da X Reunião de Ministros da Educação dos Países Signatários do Tratado do Mercado Comum do Sul, realizada em Buenos Aires, Argentina, no dia 20 de junho de 1996, constou a recomendação que se preparasse um protocolo sobre a admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas nas instituições universitárias da região;

Que a conformação de propostas regionais nessa área deve ser pautada pela preocupação constante em salvaguardar os padrões de qualidade vigentes em cada país e pela busca de mecanismos capazes de assimilar a dinâmica que caracteriza os sistemas educacionais dos países da região, que correspondem ao seu contínuo aperfeiçoamento,

Acordam:

Artigo Primeiro

Os Estados-Partes, por meio de seus organismos competentes, admitirão, unicamente para o exercício de atividades de docência e pesquisa nas instituições de ensino superior no Brasil, nas universidades e institutos superiores no Paraguai, nas instituições universitárias na Argentina e no Uruguai, os títulos de graduação e de pós-graduação reconhecidos e credenciados nos Estados-Partes, segundo procedimentos e critérios a serem estabelecidos para a implementação desse *Acordo*;

Artigo Segundo

Para os fins previstos no presente *Acordo*, consideram-se títulos de graduação aqueles obtidos em cursos com duração mínima de quatro anos e 2.700 horas cursadas e títulos de pós-graduação, tanto os cursos de especialização com carga horária presencial não-inferior a 360 horas quanto os graus acadêmicos de mestrado e doutorado;

Artigo Terceiro

Os títulos de graduação e pós-graduação referidos no artigo anterior deverão estar devidamente validados pela legislação vigente nos Estados-Partes;

Artigo Quarto

Para os fins previstos no Artigo Primeiro, os postulantes dos Estados-Partes do Mercosul deverão submeter-se às mesmas exigências previstas para os nacionais do Estado-Parte em que pretendem exercer atividades acadêmicas;

Artigo Quinto

A admissão outorgada em virtude do estabelecido no Artigo Primeiro deste *Acordo* somente conferirá direito ao exercício das atividades de docência e pesquisa nas instituições nele referidas, devendo, o reconhecimento de títulos para qualquer outro efeito que não o ali estabelecido, reger-se pelas normas específicas dos Estados-Partes;

Artigo Sexto

O interessado em solicitar a admissão nos termos previstos no Artigo Primeiro deve apresentar toda a documentação que comprove as condições exigidas no presente *Acordo*. Para identificar, no país que concede a admissão, qual título ou grau corresponde à denominação que consta no diploma, poder-se-á requerer a apresentação de documentação complementar devidamente legalizada nos termos da regulamentação a que se refere o Artigo Primeiro;

Artigo Sétimo

Cada Estado-Parte se compromete a manter informados os demais sobre quais são as instituições com seus respectivos cursos reconhecidos e credenciados. O Sistema de Informação e Comunicação do Mercosul proporcionará informação sobre as agências credenciadoras dos países, os critérios de avaliação e os cursos credenciados;

Artigo Oitavo

Em caso de existência, entre os Estados-Partes, de acordos ou convênios bilaterais com disposições mais favoráveis sobre a matéria, esses poderão invocar a aplicação daqueles dispositivos que considerarem mais vantajosos;

Artigo Nono

O presente *Acordo*, celebrado sob o marco do *Tratado de Assunção*, entrará em vigor para os dois primeiros estados que o ratifiquem, 30 (trinta) dias após o depósito do segundo instrumento de ratificação. Para os demais signatários, aos 30 dias do depósito respectivo e na ordem em que forem depositadas as ratificações;

Artigo Décimo

O presente *Acordo* poderá ser revisto de comum acordo, por proposta de um dos Estados-Partes;

Artigo Onze

O governo da República do Paraguai será o depositário do presente *Acordo*, bem como dos instrumentos de ratificação e enviará cópias devidamente autenticadas dos mesmos aos governos dos demais Estados-Partes. Da mesma forma, notificará a esses a data de depósito dos instrumentos de ratificação e a entrada em vigor do presente *Acordo*;

Artigo Doze

A reunião de ministros de Educação emitirá recomendações gerais para a implementação desse *Acordo*;

Artigo Treze

O presente *Acordo* substitui o *Protocolo de admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas nos Estados-Partes do Mercosul*, assinado em 11 de junho de 1997, em Assunção e seu *Anexo* firmado em 15 de dezembro de 1997, em Montevideu.

Feito na cidade de Assunção, capital da República do Paraguai, aos quatorze dias do mês de junho do ano mil novecentos e noventa e nove, em três originais no idioma espanhol e um no idioma português, sendo os textos igualmente autênticos.

Pelo governo da República Argentina, *Guido Di Tella*

Pelo governo da República Federativa do Brasil, *Luiz Felipe
Palmeira Lampreia*

Pelo governo da República do Paraguai, *Miguel Abdón Saguier*

Pelo governo da República Oriental do Uruguai, *Didier Opertti*

A N E X O 2

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 29/09

PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE ADMISSÃO DE TÍTULOS E GRAUS UNIVERSITÁRIOS PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS NOS ESTADOS-PARTES DO MERCOSUL

TENDO EM VISTA:

O *Tratado de Assunção*, o *Protocolo de Ouro Preto* e a *Decisão nº 04/99 do Conselho do Mercado Comum*.

CONSIDERANDO:

Que o espírito do *Acordo de admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas nos Estados-Partes do Mercosul*, celebrado em Assunção, em 14 de junho de 1999, tem por finalidade garantir e promover o intercâmbio de professores e pesquisadores,

unicamente para o exercício de atividades de docência e pesquisa nas instituições de ensino superior no Brasil, nas universidades e institutos superiores no Paraguai, nas instituições universitárias na Argentina e no Uruguai,

Que é necessário definir procedimentos e critérios para a implementação do referido *Acordo*, atendendo ao previsto nos artigos 1º e 12,

Que a definição de tais procedimentos e critérios asseguram a implementação do referido *Acordo* conforme os parâmetros de qualidade vigentes em cada país.

O CONSELHO DO MERCADO COMUM DECIDE:

Art. 1º – Aprovar os “*Procedimentos e critérios para a implementação do Acordo de admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas nos Estados-Partes do Mercosul*”, que constam como anexo e fazem parte da presente Decisão.

Art. 2º – Essa Decisão deverá ser incorporada ao ordenamento jurídico interno dos Estados-Partes antes de 01/VII/2010.

XXXVIII CMC – Montevideú, 07/XII/09.

PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DE
ADMISSÃO DE TÍTULOS E GRAUS UNIVERSITÁRIOS PARA O EXERCÍCIO DE
ATIVIDADES ACADÊMICAS NOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

Artigo 1

Da Admissibilidade de títulos

1. A admissão de títulos e graus acadêmicos dos quais trata o *Acordo de admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas nos Estados-Partes do Mercosul*, celebrado em Assunção em 14 de junho de 1999, doravante denominado *Acordo*, é um instrumento para promover e facilitar o intercâmbio de docentes e pesquisadores nos Estados-Partes do Mercosul.

2. A admissão somente surtirá efeito após a adoção dos procedimentos descritos neste documento.

3. Somente serão admitidos, para os fins do *Acordo*, títulos de graduação e pós-graduação, oficialmente reconhecidos pelo país em que foram emitidos.

Artigo 2

Da Nacionalidade

A admissão de títulos e graus acadêmicos, para os fins do *Acordo*, não se aplica aos nacionais do país onde sejam realizadas as atividades de docência e pesquisa.

Artigo 3

Dos Procedimentos

1. A admissão será solicitada pelos detentores dos títulos e graus acadêmicos nos órgãos oficiais designados por cada Estado-Parte.

2. Os interessados deverão apresentar a documentação requerida devidamente legalizada nos órgãos oficiais designados.

Artigo 4

Do Sistema de Informação

1. Os Estados-Partes manterão o Sistema de Informação e Comunicação do Setor Educacional do Mercosul (SIC/Mercosul) atualizado, com relação:

- a) à legislação vigente para o reconhecimento de diplomas;
- b) aos órgãos responsáveis pela implementação do *Acordo*;
- c) aos órgãos oficiais designados para efetuar a admissão dos títulos;
- d) às instituições de ensino superior reconhecidas e/ou credenciadas;
- e) aos cursos reconhecidos nos níveis de graduação e pós-graduação.

2. Os Estados-Partes terão um prazo de três meses, a partir da entrada em vigência do presente instrumento, para enviar ao SIC/Mercosul as informações mencionadas no parágrafo anterior.

Artigo 5

Do Fomento ao Intercâmbio

Os Estados-Partes promoverão o intercâmbio acadêmico e científico. Para tanto, informarão anualmente a disponibilidade de programas de fomento, por meio dos órgãos competentes do Setor Educacional do Mercosul.